

Políticas linguísticas como fator condicionante de variação linguística: o caso dos pronomes oblíquos átonos na década de 1930

Language Policies as A Conditioning Factor of Linguistic Variation: The Case of Unstressed Oblique Pronouns in the 1930s

Gabriel Plácido Campos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Florianópolis | SC | BR
gabrielplacidocampos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0092-9437>

Andriéle Cristina Stasiak

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Florianópolis | SC | BR
andri.cristinastasiak@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-7839-3058>

Resumo: É inegável que políticas linguísticas desempenham um papel de intervenção sobre as línguas. No entanto, é incomum, na literatura da sociolinguística histórica, pesquisas que abordem as implicações que essas intervenções têm também na promoção do uso de determinadas variações linguísticas ao longo da história. Este artigo, portanto, tem como objetivo identificar a possível influência das políticas linguísticas nas variações da grafia de pronomes oblíquos átonos – mais especificamente os pronomes *lo*, *la*, *los*, *las* – nas edições do *Diário Oficial da União* de 1931 a 1940, década de grande instabilidade normativa em razão de mudanças provocadas pela promulgação e revogação do Acordo Ortográfico. Para tal, adota-se, para esta pesquisa, uma metodologia exploratória, uma vez que se pretende apresentar uma visão geral acerca da possível instabilidade normativa promovida por políticas linguísticas. Assim, constatou-se um período que, em razão de intervenções sobre a língua portuguesa, apresentou um cenário de variação da grafia, marcado tanto pela concorrência quanto pela coocorrência das variantes pronominais. Conclui-se, portanto, que políticas linguísticas podem ser consideradas fator condicionante de variação linguística.

Palavras-chave: sociolinguística histórica; variação; fatores condicionantes; políticas linguísticas.



Abstract: It is undeniable that language policies play an interventionist role concerning languages. However, within historical sociolinguistics literature, studies addressing the implications of such interventions in promoting the use of specific linguistic variations over time are uncommon. This essay, therefore, aims to identify the potential influence of language policies on variations in the use of clitic pronouns – specifically the pronouns *lo, la, los, las* – in editions of the *Diário Oficial da União* from 1931 to 1940, a decade marked by significant normative instability due to changes brought about by the promulgation and subsequent repeal of the Orthographic Agreement. To achieve this, the research adopts an exploratory methodology, as it seeks to provide an overview of the potential normative instability induced by language policies. The study found that this period, as a result of interventions in the Portuguese language, presented a scenario of variation in written usage, marked by both competition and co-occurrence of pronominal variants. It is concluded, therefore, that language policies may be considered a conditioning factor of linguistic variation.

Keywords: historical sociolinguistics; variation; conditioning factors; language policies.

1 Introdução

O fato de políticas linguísticas causarem efeitos nas línguas é incontestável. Se Marquês de Pombal, ainda no século XVIII, não houvesse promulgado o Diretório dos Índios, proibindo a língua geral e as demais línguas indígenas em circulação (Maher, 2013), talvez este artigo não estaria escrito em língua portuguesa. Ainda, se Getúlio Vargas, na primeira metade do século XX, não tivesse decretado as “políticas de silenciamento” (Maher, 2013, p. 121) das línguas de imigração, provavelmente um número muito superior de famílias na região sul do Brasil, por exemplo, ainda falaria línguas como alemão, italiano, polonês, entre outras. É evidente que políticas linguísticas podem alterar tanto o *status* quanto o *corpus* de uma língua, ou seja, inter-vêm em suas funções e em sua forma (Calvet, 2007). No entanto, poderia uma decisão tomada por um grupo seletivo de usuários criar variações linguísticas e mudar o rumo de uma língua?

Para Martins e Cavalcante (2021), a mudança linguística é, desde sempre, tópico de interesse da linguística histórica, sobretudo dos comparatistas históricos e neogramáticos no século XIX. Todavia, a mudança linguística foi um aspecto negligenciado nas pesquisas linguísticas na primeira metade do século XX (Martins; Cavalcante, 2021). A herança saus-

suriana da perspectiva sincrônica aos estudos linguísticos se mostrou soberana no último século, orientando pesquisadores a se dedicarem exclusivamente à investigação da estrutura da língua. Esse domínio fez com que, até meados do último século, grande parte dos estudos sobre as línguas naturais ignorasse, em suas análises, fatores sociais e históricos, inviabilizando a investigação de mudanças linguísticas.

É apenas em 1968, com a publicação do texto seminal de Weinreich, Labov e Herzog *Fundamentos empíricos para uma Teoria da Variação e Mudança Linguística*, que o cenário começa a mudar. Para Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 33), estudiosos da linguística histórica vinham, há décadas, empenhando “um esforço por vencer o dilema saussuriano, por elaborar uma disciplina que fosse estrutural e histórica ao mesmo tempo”. Assim, os autores propõem uma teoria que concilia fatores externos (sociais) e internos (estruturais) à língua, estabelecendo que, constantemente, toda língua sofre alterações causadas por *fatores condicionantes* (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]).

Apesar de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) já denunciarem, em seu texto inaugural da Teoria da Variação e Mudança Linguística, o fato de que nem todas as combinações de *fatores condicionantes* – linguísticos e sociais – foram observadas nos estudos à época, poucas pesquisas, até o presente momento, consideram *fatores condicionantes políticos* como desencadeadores de mudança linguística. Logo, este artigo tem como objetivo identificar a possível influência das políticas linguísticas na promoção de variações linguísticas na escrita do português brasileiro. Para isso, tomamos como objeto de análise os pronomes oblíquos átonos *lo, la, los, las*, cuja grafia sofreu constantes modificações¹ ao longo da década de 1930 em razão de decisões políticas de intervenção sobre a língua.

Sendo assim, com o intuito de ancorar os aspectos teóricos desta pesquisa, abordaremos, a seguir, alguns conceitos sobre o campo da Sociolinguística Histórica, bem como sobre a variação linguística. Em seguida, trataremos sobre políticas linguísticas de Estado, e, por fim, apresentaremos um breve panorama histórico brasileiro das intervenções de padronização linguística na década de 1930.

2 A Sociolinguística (Histórica)

A Sociolinguística, atualmente, encontra-se consolidada como uma disciplina e, apesar de ainda jovem, já dispõe de fundamentos empíricos e metodológicos bem estabelecidos no cenário dos estudos linguísticos (Conde Silvestre, 2007). Em um movimento de superação das fortes amarras estruturalistas na metade do século XX, a Sociolinguística surge ao buscar contemplar, em uma nova perspectiva de análise, “elementos linguísticos e extralinguísticos que promovem mudanças e variações usando métodos de pesquisa quantitativa” (Conde Silvestre, 2007, p. 9, tradução nossa).

Quase consenso entre estudiosos da língua (Cf. Conde Silvestre, 2007; Nevalainen; Raumolin-Brunberg, 2012; Borges; Keller, 2020), a Sociolinguística Histórica, por sua vez, emerge somente em 1982, na obra *Socio-Historical Linguistics*, de Suzanne Romaine. Para a

¹ Exemplos das diferentes grafias dos pronomes podem ser vistos em palavras como *auxilial-a* (DOU, 1931, p. 401), *designá-lo* (DOU, 1934, p. 805), *assignal-a* (DOU, 1936, p. 1540), *confundi-los* (DOU, 1937, p. 10130), entre outras, conforme explicitado adiante.

autora, ao ancorar os estudos sociolinguísticos nas análises de variações fonéticas e fonológicas, a Sociolinguística Variacionista instituiu a “supremacia” da fala em detrimento da escrita, dificultando os estudos históricos (Romaine, 1982, p. 14, tradução nossa).

Nesse sentido, Romaine menciona que não devemos considerar a distinção *fala* x *escrita* como dicotômica – conforme observado em Saussure (2006 [1916]) –, mas como “tipos de comportamentos ou eventos linguísticos que podem ser realizados por diferentes canais” (Romaine, 1982, p. 14, tradução nossa). Assim, é necessário assumir, em pesquisas da Sociolinguística Histórica, que a escrita é, assim como a fala, uma *instância* (Romaine, 1982) da língua e, portanto, passível de aplicação dos mesmos fundamentos da Sociolinguística. Essa nova perspectiva apresentada pela autora revela-se essencial para os estudos históricos, visto que, frequentemente, é somente através de dados escritos que se torna possível apontar *variação linguística*² em determinados períodos do passado.

Logo, torna-se imprescindível destacar que a análise da *escrita*, tal como a da fala, apoia-se em uma base linguística: “se então a Linguística tem aplicações para textos escritos, deve-se concluir que a Sociolinguística [bem como a Sociolinguística Histórica] também a tem” (Romaine, 1982, p. 16, tradução nossa). Dessa forma, assim como a fala apresenta variações – como na pronúncia (alofonia) –, a escrita pode apresentar variação através de diferentes padrões na grafia, como, por exemplo, “nos símbolos ortográficos, os quais são condicionados pelo contexto [histórico]” (Romaine, 1982, p. 16, tradução nossa).

Romaine (1982, p. 14, tradução nossa) estabelece, ainda, que fala e escrita constituem “manifestações da mesma língua materializadas em diferentes meios”. Assim, em conformidade com Romaine (1982) e Conde-Silvestre (2007), a análise Sociolinguística (Histórica) deve considerar, além dos elementos linguísticos, os elementos extralinguísticos, como o meio em que o texto foi produzido. Cabe salientar que o *corpus* analisado neste artigo é, além de escrito, caracterizado como um dos gêneros textuais de maior *formalidade* (Cf. Marcuschi, 2003). Maia (2012) menciona que, muitas vezes, pesquisas sobre a história da língua se apoiaram em textos formais, como estatutos e regulamentos, em razão da escassez tanto de *corpus* quanto de indivíduos letrados fora deste meio de produção. No entanto, o caráter escrito ou formal não deve ser encarado como um revés na pesquisa sócio-histórica. Segundo a autora, “deve valorizar-se de maneira positiva o que a sua análise permite compreender em relação à língua de épocas anteriores, nomeadamente no que diz respeito à variação (social e situacional) da língua em sincronias pretéritas [...]” (Maia, 2012, p. 535).

É importante considerarmos, também, que a variação linguística não é acidental. Para a Sociolinguística (Histórica), existem fatores internos e externos à língua que condicionam os usuários a utilizá-la de determinada forma (Coelho *et al.*, 2015) – os *fatores condicionantes*. Esses fatores podem ser tanto linguísticos, que dizem respeito à ordem interna da língua³, quanto extralinguísticos, que dizem respeito à natureza social, geralmente associados à classe social, ao sexo/gênero, à faixa etária, ao grau de escolaridade, entre outros.

Neste artigo, entretanto, entendemos que, embora raramente mencionado sob a máscara do “social”, o fator condicionante político tem sido ignorado na literatura sociolinguística

² Entendemos variação linguística, neste artigo, como “o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado” (Coelho *et al.*, 2015, p. 16).

³ Vale ressaltar que Pagotto (2006, p. 56) afirma que um fator pertencer à ordem interna da língua “não quer dizer tomar por princípio que esta ordem está completamente alheia à estrutura social”.

(histórica). Assim, abordaremos, a seguir, o papel do Estado nas políticas linguísticas acerca da promoção de variações linguísticas, para além da intervenção no status de suas línguas.

3 Políticas linguísticas de Estado

Primeiramente, é necessário enfatizar que políticas linguísticas não se limitam a decisões sobre a língua tomadas pelo Estado. Para Oliveira (2016, p. 382), políticas linguísticas podem ser “concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade”, como, por exemplo, escolas, empresas, grupos religiosos, famílias etc. É um equívoco reduzir as intervenções políticas sobre a língua apenas a ações explícitas, geralmente associadas à administração pública. Maher (2013) afirma que:

políticas linguísticas podem também ser arquitetadas e colocadas em ação localmente: uma escola ou uma família, por exemplo, podem estabelecer – e colocar em prática – planos para alterar uma certa situação (*sócio*)*linguística*, mesmo que isso nem sempre seja explicitado; muitas vezes, só é possível depreender políticas linguísticas em andamento das ações e dos discursos dos agentes nelas envolvidos (Maher, 2013, p. 120, grifo nosso).

Feitas as ressalvas, acreditamos ser igualmente importante definir *políticas linguísticas*, visto que, apesar de o campo ter sido inaugurado há quase seis décadas com a já clássica publicação de Haugen (1966), trata-se de um território pouco explorado nos estudos da Sociolinguística no contexto brasileiro. Logo, abordaremos, a seguir, uma perspectiva de políticas linguísticas geridas pelo Estado, em razão da proposta desta pesquisa.

Calvet (2007) comenta que a política linguística é constituída de um inseparável binômio: *política linguística* e *planejamento linguístico*. É a partir deste último que o campo emerge em evento organizado por William Bright, em 1964 – marcado, também, pelo surgimento da Sociolinguística. Haugen (1966), em publicação decorrente do evento, sugere que o *planejamento linguístico* é caracterizado pela manipulação da língua e que, para implementar mudanças no cenário linguístico, segue determinadas etapas: “a investigação extensiva de fatos, a consideração de planos de ação alternativos, a tomada de decisões e a implementação dessas decisões de maneiras específicas” (Haugen, 1966, p. 52, tradução nossa). Desde então, muitos pesquisadores contribuíram com o desenvolvimento do campo ao longo do final do século XX e início do século XXI, como, por exemplo, Kloss (1967), Cooper (1989), Hamel (1993) e Spolsky (2009). No entanto, Savedra e Lagares (2012) afirmam que, no Brasil, a maior parte dos estudos em Políticas Linguísticas tem suporte no linguista francês Louis-Jean Calvet.

Calvet (2007), em conformidade com Haugen (1966), define que, para uma ação planejada sobre a língua, é necessário identificar, primeiramente, uma situação sociolinguística inicial (S1) não satisfatória e, na sequência, indicar uma situação sociolinguística desejada (S2). Dessa forma, para o linguista, “a definição das diferenças entre S1 e S2 constitui o campo de intervenção da política linguística, e o problema de como passar de S1 para S2 é o domínio do planejamento linguístico” (Calvet, 2007, p. 61). Nesse sentido, Calvet (2007, 2002) estabelece que essas ações de intervenção sobre a língua podem ser realizadas conforme dois distintos tipos de gestão: *in vivo* e *in vitro*. Para o linguista, a gestão *in vivo* diz respeito a decisões impulsionadas pelas práticas sociais (Calvet, 2002). A gestão *in vitro*, por outro lado, representa decisões de intervenções sobre essas práticas (Calvet, 2002), ou seja, ocorre na esfera

do poder e é imposta aos usuários da língua. Para tal, o Estado dispõe, como principal instrumento, de legislações linguísticas⁴.

Essa relação entre Estado e línguas, segundo Abreu (2014), é evidente. Para o autor,

Um sobrevoo sobre as legislações dos Estados modernos, por exemplo, seria certamente capaz de nos demonstrar como as sociedades ainda buscam fortemente o planejamento linguístico por meio da elaboração de leis que visam alterar o estatuto das línguas que coexistem nos limites do seu território (Abreu, 2014, p. 109).

Todavia, não é somente no *status* de uma língua que o Estado pode intervir, mas também em sua forma, mais especificamente em seu *corpus*. Calvet (2002), dentre outros exemplos, menciona o processo de reforma ortográfica realizado pelo governo chinês em 1955, que, com o objetivo de facilitar o acesso à escrita e à alfabetização, simplificou mais de 500 caracteres da língua chinesa, “passando de uma média de 16 traços a uma média de 8 traços” por caractere (Calvet, 2002, p. 150).

No Brasil, políticas linguísticas de Estado que visam a intervir no *corpus* da língua são frequentemente relacionadas aos Acordos Ortográficos. Resultado de anos de conflitos e debates, o primeiro Acordo Ortográfico promulgado no território brasileiro acontece em 1931 (Silva, 2011). Contudo, a década de 1930 também foi marcada por uma intensa instabilidade normativa, com alterações e revogações consecutivas em legislações linguísticas que impactaram diretamente a padronização da língua portuguesa (Silva, 2011).

Para compreender esse cenário, é fundamental examinar o contexto histórico das intervenções de padronização linguística no Brasil durante a década de 1930, momento em que a República transiciona para o seu segundo período – marcado pelo discurso desenvolvimentista e pelo crescimento de ideologias nacionalistas, sobretudo aquela de “um Estado/uma língua” (Silva, 2011, p. 12).

4 A década de 1930

A década de 1930 representa um período de sucessivas transformações no cenário político e social brasileiro, caracterizado pelo fim da Primeira República e pela instauração do Governo Provisório, em seguida, do Governo Constitucional e, posteriormente, do Estado Novo. Como nosso enfoque está na questão linguística, abordaremos, nesta seção, apenas alguns dos eventos que, possivelmente, influenciaram as decisões de intervenções sobre a padronização da língua.

Acompanhando a tendência internacional de oficialização e padronização de uma língua para administrar a nação, é em 1931 que o Estado brasileiro, pela primeira vez, outorga um documento acerca da ortografia – apelidada de “simplificada” – em um movimento de construção de uma identidade nacional que já vinha acontecendo desde a Semana de Arte Moderna de 1922 (Borges, 2020). Vale ressaltar que esse projeto de nacionalização do país não interferia apenas na língua, mas também em uma série de aspectos culturais, como, por exemplo, na promoção

⁴ O conceito de *legislações linguísticas* é exaustivamente abordado nas obras do linguista e jurista Joseph-G. Turi, mas vai muito além do proposto nesta pesquisa e, por esse motivo, optamos por não nos debruçar sobre este tópico. Para uma leitura aprofundada sobre o pensamento de Turi, ver Matos e Carvalho (2023).

da feijoada, da caipirinha, da capoeira, dentre outros, como símbolos de identidade nacional (Borges, 2020). No entanto, mesmo sob a égide de dois decretos (20.108/1931 e 23.028/1933), o Acordo Ortográfico cai em poucos anos, com a promulgação da Constituição de 1934.

Para Godoy (2017, p. 208), a Constituição de 1934, fruto de um processo marcado pela polarização ideológica, “catalisou os dilemas políticos da década de 1930”. Como resultado, fica evidente, na Carta Constitucional, a ascensão de um Estado intervencionista, uma vez que nela são expressos, de forma evidente, um tom nacionalista e um discurso desenvolvimentista. Nesse sentido, o Estado brasileiro, novamente, intervém na padronização da língua portuguesa, revogando o Acordo Ortográfico de 1931 e instituindo a retomada da ortografia – apelidada de “tradicional” (IBGE, 1941) – empregada na primeira constituição do período republicano, a Constituição de 1891 (Borges, 2020).

Essa mudança foi fortemente rechaçada pela comunidade acadêmica, uma vez que esta considerava os esforços da Academia Brasileira de Letras para estabelecer uma uniformidade para a língua portuguesa um ato de patriotismo (IBGE, 1941). Como resultado, um documento de pronunciamento do 7º Congresso Nacional de Educação com mais de cem assinaturas de educadores de todo o Brasil foi endereçado ao então presidente, Getúlio Vargas, postulando o reestabelecimento da ortografia de 1931 (IBGE, 1941). Seguindo esse movimento, diversas outras organizações – como, por exemplo, o Congresso das Academias de Letras – se manifestaram⁵ através de cartas de pronunciamento (IBGE, 1941).

Frente à resistência acadêmica e à constante pressão pública em oposição à ortografia tradicional, Vargas, em março de 1937, manda “readmitir a título definitivo, na administração, no ensino e nas publicações oficiais, a ortografia acadêmica” (IBGE, 1941, p. 74), isto é, a ortografia simplificada de 1931. No entanto, a consolidação da determinação só acontece quase um ano depois, a partir do Decreto-lei nº 292/1938. A década de 1930 representou, portanto, um período de sucessivas intervenções estatais na padronização da língua portuguesa, cujo maior intervalo de tempo sem alterações na ortografia durou cerca de três anos. No entanto, teriam sido essas constantes intervenções, decorrentes de políticas linguísticas de Estado, fator condicionante na promoção de variações linguísticas?

Por fim, acreditamos ser importante acrescentar que, durante a década em questão, não é apenas na padronização que o Estado brasileiro realizou intervenções linguísticas. Esse período também foi marcado por uma série de políticas de silenciamento, as quais, via decretos, proibiam imigrantes e seus descendentes de utilizar suas línguas em função do projeto nacionalista aplicado à época (Maher, 2013). Ainda, Oliveira (2009, p. 22) relata que, durante esse período, o Estado “perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas [...], instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas”, o que provocou sequelas que podem ser observadas até os dias de hoje.

5 Metodologia

Conforme abordado anteriormente, nesta pesquisa, buscamos analisar se os documentos oficiais da administração pública da década de 1930 seguiam as normas ortográficas promulgadas à época. Dessa forma, com vistas a atingir ao objetivo, este artigo se caracteriza como uma pesquisa exploratória (Gil, 2008) de natureza mista (Creswell, 2007).

⁵ Para mais detalhes acerca dos demais pronunciamentos das organizações, ver IBGE (1941).

A metodologia exploratória desta pesquisa se define tanto em razão de seu objetivo de “proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p. 27) quanto por abordar um tema ainda pouco explorado sobre o impacto das políticas linguísticas como fator condicionante na promoção de variações linguísticas. Por lidarmos com o passado histórico, empregamos, também, uma pesquisa documental. Logo, neste artigo, utilizamos de “documentos de primeira mão” (Gil, 2008, p. 51) como materiais de análise – mais especificamente, as edições publicadas entre 1931 e 1940 do Diário Oficial da União.

Dessa forma, para a análise proposta, foram selecionadas, a partir de randomização⁶, duas edições por ano – uma do primeiro semestre (Jan-Jun) e outra do segundo semestre (Jul-Dez) – com número de páginas semelhante (aproximadamente 70 páginas), totalizando 20 edições. Posteriormente à primeira análise, como abordaremos na seção seguinte, o ano de 1937, em razão de sua visível instabilidade normativa, foi analisado com maior profundidade, resultando em 4 edições selecionadas – uma por trimestre.

5.1 Corpus

No Brasil, o uso de periódicos para registrar e publicar as decisões dos governantes e os atos políticos remonta ao início do Império do Brasil, na década de 1830⁷. Até a década de 1860, diversos periódicos de caráter oficial foram instituídos, como, por exemplo, “o *Diário do Governo* (1824-1833), o *Diário Fluminense* (1825-1831), o *Correio Oficial* (1833-1841), a *Gazeta Oficial do Império do Brasil* (1846-1848) e o *Diário Oficial do Império do Brasil* (1862)” (Menezes; Gonçalves, 2019, p. 56). É apenas neste último que se dá origem à tradição da publicação ininterrupta oficial acerca da administração pública do Estado brasileiro (Menezes; Gonçalves, 2019).

Com o fim do Império e a Proclamação da República brasileira em 1889, é fundado o *Diário Oficial da União* (DOU), veículo de divulgação oficial do Estado brasileiro até os dias de hoje. Mencionado como “campo virgem de investigação” (Menezes; Gonçalves, 2019, p. 52), o DOU, em virtude de seu caráter oficial e de sua publicação regular por mais de um século, revela-se, para a proposta deste artigo, um importante material de análise linguística. Para a coleta do nosso *corpus*, realizamos uma busca no Acervo Histórico do Diário Oficial da União⁸, localizado no Acervo Digital da Biblioteca Machado de Assis.

⁶ Randomização realizada através da ferramenta Random. Disponível em: <https://www.random.org>. Acesso em: 18 jan. 2025.

⁷ Cabe mencionar, aqui, que o *Acervo Histórico do Diário Oficial da União – DOU* considera a *Gazeta do Rio de Janeiro* como o primeiro periódico de publicação oficial. Menezes e Gonçalves (2019, p. 54) mencionam que, “durante algum tempo, os historiadores definiram a *Gazeta* como diário oficial”, mas que, apesar disso, esse entendimento mudou na última década em virtude de novas pesquisas que se debruçaram sobre o periódico.

⁸ Acervo Histórico do Diário Oficial da União – DOU. Disponível em: <https://biblioteca.in.gov.br/zh/diario-oficial-da-uniao>. Acesso em: 18 jan. 2025.

Para a análise, apresentamos, a seguir, a seleção randomizada do *corpus*, constituída de 20 edições datadas de 1931 a 1940, bem como seus respectivos metadados, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Edições do *Diário Oficial da União* selecionadas entre 1931 e 1940

#	ano	Dia	Mês	Edição
1	1931	08	Jan	006
2	1931	20	Jul	168
3	1932	06	Jan	004
4	1932	14	Jul	163
5	1933	13	Mar	060
6	1933	27	Jul	173
7	1934	13	Jan	011
8	1934	14	Ago	188
9	1935	18	Fev	041
10	1935	08	Ago	181
11	1936	20	Jan	016
12	1936	10	Ago	184
13	1937	06	Fev	031
14	1937	24	Ago	193
15	1938	17	Fev	040
16	1938	23	Ago	194
17	1939	25	Jan	021
18	1939	31	Jul	176
19	1940	18	Jan	015
20	1940	27	Jul	173

Fonte: Elaborado pelos autores.

6 A variação linguística no *Diário Oficial da União*

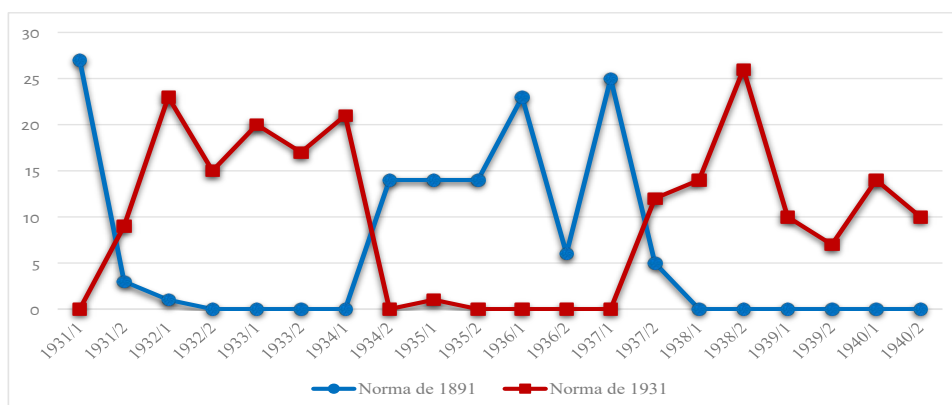
Inicialmente, gostaríamos de estabelecer que, apesar da constante menção na literatura em linguística histórica sobre uma suposta “anarquia” na ortografia batizada de *tradicional*, isto é, a ortografia da Constituição de 1891, existia, mesmo que não regulamentada por um documento próprio, uma norma nos textos oficiais (Aguiar, 2010). Nesse sentido, averiguamos, com antecedência, que os objetos deste estudo – os pronomes oblíquos átonos *lo*, *la*, *los*, *las* – aparecem, na Constituição de 1891, exclusivamente grafados nas formas *l-o*, *l-a*, *l-os*, *l-as*,

tornando possível assumir o que chamaremos, nesta análise, de *norma de 1891*. Em contrapartida, o Acordo Ortográfico de 1931, no item XXIII, determina que a grafia desses pronomes deve seguir as formas *-lo, -la, -los, -las*, o que doravante designaremos *norma de 1931*.

Cabe mencionar que o DOU é um material que, além de apresentar uma maior formalidade, é veiculado em formato de jornal⁹ e, portanto, dispõe de textos redigidos por autores nem sempre identificados. Ainda, em virtude de o *corpus* ser pertencente à esfera política, é possível assumir, com certa convicção, que muitos dos textos, senão todos, foram escritos por homens. Apesar do direito das mulheres de votarem e de serem votadas ter sido assegurado via decreto em 1932 e, posteriormente, instituído na Constituição de 1934, Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira e única deputada federal eleita no Brasil na década, permanecendo somente até 1937 em razão da instauração do Estado Novo e fechamento do Congresso Nacional. Dessa forma, no intuito de estabelecer um conjunto mínimo de estratificações, pressupomos que, em razão dos fatos acima acerca do gênero e do contexto político à época, os textos aqui analisados refletem a língua, em sua modalidade escrita, de indivíduos do sexo masculino com alto grau de escolaridade.

Assim, após a seleção das edições, realizamos a quantificação¹⁰ dos pronomes *lo, la, los, las* presentes nas edições de 1931 a 1940, distinguindo os usos entre norma de 1891 e norma de 1931, totalizando 331 ocorrências, conforme demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Quantificação de ocorrências conforme normas de 1891 e 1931 por semestre



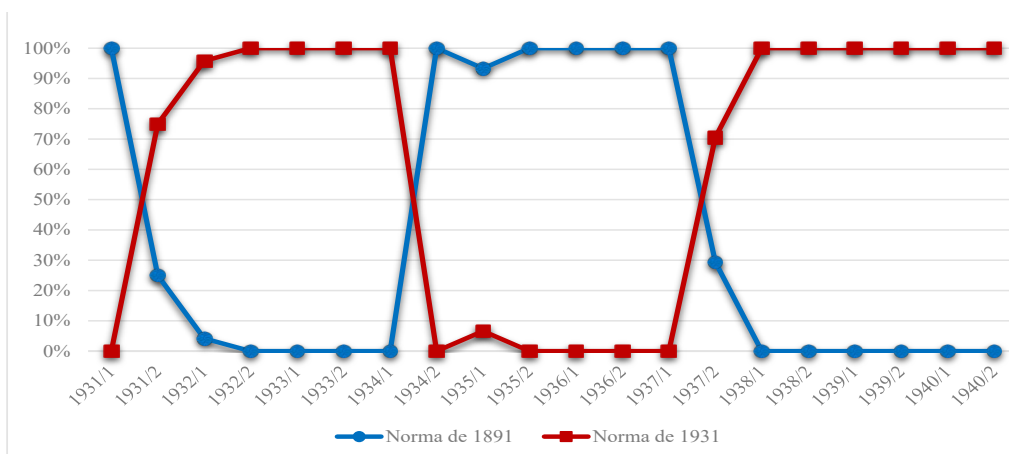
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em primeiro lugar, já é possível observarmos que o Gráfico 1 evidencia variações no uso desses pronomes ao longo da década. Essas variações condizem com os períodos de intervenção linguística do Estado brasileiro sobre a padronização da língua – 1931 e 1937. No entanto, como o gráfico acima corresponde à quantidade de ocorrências, optamos, para uma melhor visualização da variação, atribuir aos dados um valor percentual, conforme o Gráfico 2:

⁹ Atualmente, o DOU é publicado somente em versão online; porém, até 2017, suas publicações eram feitas periodicamente também na forma impressa (Mazui, 2017).

¹⁰ Quantificação realizada por meio de combinação de uso de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) e leitura visual e organizada no software Microsoft Excel.

Gráfico 2 – Percentual de ocorrências conforme normas de 1891 e 1931 por semestre



Fonte: Elaborado pelos autores.

O primeiro período de variação no uso dos pronomes acontece no ano de 1931, em razão do até então inédito, em solo brasileiro, documento de padronização ortográfica da língua portuguesa, o Acordo Ortográfico. Todavia, o dado relativo ao primeiro semestre (1931/1) pertence a uma edição publicada em janeiro, e, portanto, ainda não apresenta as variantes conforme a norma de 1931, visto que o acordo foi promulgado somente em junho desse ano. É apenas em 1931/2 que a variação começa a ocorrer. Esse cenário se mantém até 1932/2, apresentando, no entanto, uma taxa muito baixa (4%) de ocorrências na norma de 1891. O Gráfico 2 nos mostra, então, que houve um determinado período de tempo – aproximadamente 12 meses – para atingir o uso exclusivo da nova forma de escrita dos pronomes. Esse período de variação, muito provavelmente, pode ser atribuído ao que designamos “período de transição”, durante o qual os usuários de uma língua se adaptam de forma exponencial às normas de padronização decorrentes de uma intervenção política sobre a língua.

O ano de 1934, diferentemente do período abordado acima, é marcado por uma mudança instantânea no uso das variantes. Podemos observar que, em 1934/1, a norma de 1931 se mantinha soberana; porém, com a promulgação da nova Constituição pela Assembleia Nacional Constituinte em julho de 1934, o quadro se inverte rapidamente, resultando em um registro exclusivo da recém retomada norma de 1891. Essa célere mudança foi causada, possivelmente, em virtude dessa intervenção ser proveniente de uma legislação linguística de hierarquia superior às legislações anteriores que regularam o Acordo Ortográfico de 1931, resultando, portanto, na inexistência de um período de transição – fato que impossibilitou a identificação de variação em nosso *corpus*. Ainda, cabe mencionar que a variação observada nos dados de 1935/1 não foi considerada para esta análise, visto que a única ocorrência registrada diz respeito a uma citação não datada.

Apesar da retomada da norma de 1891, houve consecutivas manifestações da sociedade civil – professores, jornalistas, entre outros – sobre a insatisfação acerca da revogação da norma de 1931, conforme apontamos anteriormente (Cf. IBGE, 1941). Calvet (2002, p. 148) menciona que políticas linguísticas *in vitro* que “chocam com a gestão *in vivo* ou com os sen-

timentos lingüísticos dos falantes”¹¹ podem ser conflituosas. Nesse sentido, o sentimento de discordância entre os usuários da língua portuguesa era generalizado, fazendo com que, em 1937/2, os usos apresentassem variação, legitimados apenas por um pronunciamento do presidente Vargas, sem qualquer legislação linguística que regulamentasse o uso e em oposição ao estabelecido na Constituição de 1934.

Para analisarmos melhor o período de variação em 1937, ampliamos o *corpus* de análise do respectivo ano para abranger uma edição por trimestre, conforme a seleção disposta na Tabela 2:

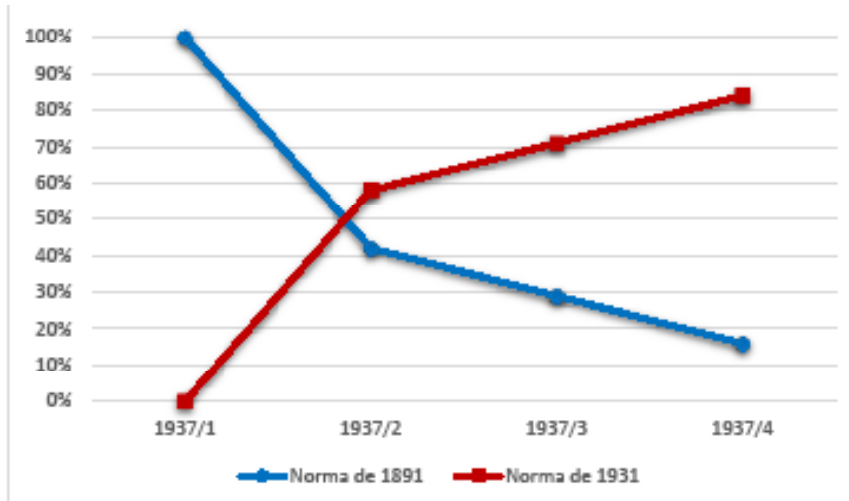
Tabela 2 – Edições do *Diário Oficial da União* selecionadas do ano de 1937

#	Ano	Dia	Mês	Edição
1	1937	06	fev	031
2	1937	10	maio	103
3	1937	24	ago	193
4	1937	19	nov	264

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, realizamos a quantificação dos pronomes *lo, la, los, las*, considerando as duas grafias, presentes nas edições de 1937, totalizando 92 ocorrências. Em virtude de propósitos já justificados, apresentamos, no Gráfico 3, os dados em percentual:

Gráfico 3 – Percentual de ocorrências conforme normas de 1891 e 1931 no ano de 1937



Fonte: Elaborado pelos autores.

O dado do primeiro semestre, por ser relativo ao mês de fevereiro, ainda mantinha o uso exclusivo da norma de 1891. No entanto, o cenário muda rapidamente, introduzindo, novamente, a variante da norma de 1931. É importante mencionar que essa mudança é gra-

¹¹ Para Calvet (2002), *sentimentos lingüísticos* referem-se a um conjunto de atitudes positivas e negativas de falantes em relação a(s) sua(s) língua(s), a outros falantes de sua(s) língua(s) e a outras variedades de sua(s) língua(s).

Nesse sentido, podemos observar que os meses seguintes a uma intervenção são, em razão do período de transição, os que mais apresentam variação. A título de exemplo, selecionamos um caso de coocorrência das variantes em um mesmo texto – ata da 68ª sessão realizada pelo Ministério da Guerra – conforme a Figura 1:

no sentido de reconhecer a boa fé nos casos identicos posteriormente examinados.

E, porque decidimos assim, de conformidade com principios que são tranquillos em direito e até em obediencia ao disposto no próprio decreto que instituiu esta Comissão, somos acusados de descurar os interesses da União, como se fomos advogados e não juizes.

E certo que, mesmo juizes, não nos pode ser indifferente o interesse nacional e que, dentro da lei, não podemos hesitar entre esse interesse e o das particularidades que com ella possa colidir. Mas isso não quer dizer que nos possamos transmutar aqui em advogados de uma parte, seja ella a União, para só atender nos interesses dessa parte e fazer os prevalecer mesmo quando não estiverem protegidos pela lei.

...

Impõe-se, antes de tudo, uma pergunta: Ao aprovar o Sr. Presidente da Republica o laudo do Inhamã, determinando, porém, no próprio despacho approbatorio, que pela

Podemos observar, na figura acima, que o texto, muito provavelmente redigido por um escrivão, apresenta tanto o uso conforme a norma de 1891 (*fazel-os*) quanto o uso conforme a norma de 1931 (*confundi-los*) – fenômeno possivelmente recorrente à época, visto que se trata de um período em que a porcentagem de uso é quase equivalente (42% e 58%, respectivamente).

Em suma, com base nos dados apresentados e analisados, podemos estabelecer que as intervenções realizadas por políticas linguísticas de Estado resultam, de fato, em um cenário de variação linguística, inclusive de coocorrência das variantes em um mesmo texto. Além disso, ao observarmos o contexto linguístico-histórico-político, podemos inferir que o efeito das intervenções está relacionado a, pelo menos, dois fatores: i) a força jurídica das normas que as regulamentam; e ii) o sentimento linguístico dos usuários da língua em relação às intervenções. Logo, a análise das intervenções na padronização na década de 1930 revela que as variações foram condicionadas tanto por uma gestão *in vitro* da língua, imposta através do aparato jurídico, quanto por uma gestão *in vivo*, reivindicada pelos usuários da língua (Cf. Calvet, 2002, 2007).

Neste artigo, propomo-nos a identificar, através de uma pesquisa exploratória, a possível influência de políticas linguísticas como fatores condicionantes na produção de variação linguística. A análise com foco nas edições do Diário Oficial da União da década de 1930 revelou um cenário em que duas variantes da escrita dos pronomes oblíquos átonos *lo*, *la*, *los*, *las* concorriam e coocorriam em textos de caráter formal. Essa variação, como podemos observar, foi resultado direto de intervenções sobre a padronização da língua, ou seja, políticas linguísticas de Estado.

167

somente a alguns gêneros textuais, no caso da escrita, ou a algumas comunidades linguísticas (Cf. Pagotto, 2006), no caso da fala. Além disso, identificamos, neste *corpus*, que as variações na década de 1930 estão relacionadas a pelo menos dois aspectos: força jurídica e sentimento linguístico. Este último aspecto é especialmente evidente no período de 1937, quando movimentos da sociedade civil pela retomada da norma de 1931 resultaram em um cenário de variação, mesmo sem respaldo jurídico.

É importante ressaltar, contudo, que esta pesquisa apresenta limitações quanto ao *corpus* analisado, uma vez que nos concentramos exclusivamente em documentos oficiais da administração pública – o Diário Oficial da União. Para uma compreensão mais abrangente do impacto das políticas linguísticas como fator condicionante de variação, é imprescindível expandir a análise para outros objetos e gêneros textuais de diferentes formalidades, com especial atenção aos materiais didáticos, visto que os Acordos Ortográficos são obrigatoriamente adotados, também, no âmbito educacional.

Agradecimento

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro concedido.

Referências

ABREU, R. N. Contribuições para uma delimitação dos Direitos Linguísticos no Brasil. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA, 1. Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: IPHAN, 2014. p. 108-117.

AGUIAR, M. dos R. *Ortografia brasileira oitocentista nos livros didáticos e na Constituição de 1891: norma ou anarquia?* 2010. 192 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BORGES, P. A. *Ortografia e Norma: os efeitos das reformas ortográficas em alguns topônimos brasileiros*. 2020. 232 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

BORGES, P. R. S.; KELLER, T. Proposta metodológica de descrição e análise de fenômenos variáveis em textos históricos na perspectiva da Sociolinguística Histórica. *Letras*, n. 60, p. 51-76, 2020.

BRASIL. *Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931*. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. [S.l.: s.n.], 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1931/d20108.html. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 23.028, de 2 de agosto de 1933*. Torna obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1933. Seção 1: p. 16033. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23028.htm. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. *Decreto-lei nº 292, de 23 de fevereiro de 1938*. Regula o uso da ortografia nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/delo292.htm. Acesso em: 26 jan. 2025.

- CALVET, L.-J. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.
- CALVET, L.-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- COOPER, R. L. *Language Planning and Social Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N. da; MAY, G. H. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolingüística histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DIÁRIO Oficial da União (DOU). Rio de Janeiro, ano LXXIII, n. 11, 1934.
- DIÁRIO Oficial da União (DOU). Rio de Janeiro, ano LXXV, n. 16, 1936.
- DIÁRIO Oficial da União (DOU). Rio de Janeiro, ano LXX, n. 6, 1931.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, A. S. de M. A Constituição de 1934 no contexto da história do constitucionalismo brasileiro. *Revista Jurídica Cesumar*, v. 17, n. 1, p. 181-211, 2017.
- HAMEL, R. E. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. *Iztapalapa*, n. 29, p. 5-39, 1993.
- HAUGEN, E. Linguistics and Language Planning. In: BRIGHT, W. (ed.). *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference, 1964*. The Hague: Mouton, 1966. p. 50-71.
- KLOSS, H. Abstand Languages and Ausbau Languages. *Anthropological Language*, v. 9, n. 7, p. 29-41, 1967.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a ortografia* – Documentário oferecido e dedicado à Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.
- MAHER, T. M. Ecos de resistência: Políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (ed.). *Políticas e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 117-134.
- MAIA, C. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Org.). *Rosae: linguística história, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARTINS, M. A. R.; CAVALCANTE, S. R. de O. Os estudos em sintaxe diacrônica no Brasil: um balanço crítico. *Working Papers em Linguística*, v. 22, n. 2, p. 4-22, 2021.
- MATOS, M. P. S.; CARVALHO, M. L. G. Reflexões sobre o conceito de “legislações linguísticas”. *Cadernos de Direito Actual*, v. 21, p. 242-271, 2023.

- MAZUI, G. 'Diário Oficial da União' é impresso pela última vez nesta quinta-feira. *G1*, Brasília, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/diario-oficial-da-uniao-e-impresso-pela-ultima-vez-nesta-quinta-feira.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- MENEZES, L. M.; GONÇALVES, M. A. Do *Diario Official do Imperio do Brazil* e *Diário Oficial da União* ao *e-Diário Oficial*: conjunturas e sentidos (1862-2019). *População e Sociedade*, v. 32, p. 51-64, 2019.
- MINISTÉRIO da Guerra. Ata da 68ª sessão. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, ano LXXVI, n. 193, 10 maio 1937.
- NEVALAINEN, T.; RAUMOLIN-BRUNBERG, H. Historical Sociolinguistics: Origins, Motivations and Paradigms. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. C. (Eds.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. London: Balckwell, 2012. p. 22-40.
- OLIVEIRA, G. M. de. Políticas linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. *ReVel*, v. 14, n. 26, p. 382-399, 2016.
- OLIVEIRA, G. M. de. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência lingüística. *Synergies Brésil*, n. 7, p. 19-26, 2009.
- PAGOTTO, E. Sociolingüística. In: PFEIFFER, C. C.; NUNES, J. H. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem*: Linguagem, história e conhecimento. Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 49-72.
- ROMAINE, S. *Socio-historical linguistics: it's Status and Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, n. 32, p. 11-27, 2012.
- SILVA, D. B. da. Ortografia unificada: arena de disputas entre Portugal e Brasil. *Palimpsesto*, v. 10, n. 13, p. 1-35, 2011.
- SPOLSKY, B. *Language Management*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.